

REPORTAGEM ESPECIAL

Pancadaria e confusão na Ufes

Universitário foi espancado e, após decisão de adiar sistema de cotas, houve quebra-quebra

ALINE NUNES
FLÁVIA MARTINS
RAFAELLE GASPARINI
IARA XAVIER

Quebra-quebra, agressões e invasão de prédio marcaram o dia de ontem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), durante manifestações a favor e contra o sistema de cotas – para negros, indígenas e rede pública – na instituição. Com o tumulto, a decisão sobre a reserva de vagas foi transferida para maio.

O primeiro confronto entre manifestantes ocorreu antes mesmo da decisão da Câmara de Graduação. O estudante de Biblioteconomia da Ufes Juliano Luciano Marinho, 25, contrário ao sistema de cotas, foi agredido porque teria criado confusão com o grupo que é favorável à proposta.

A expectativa era de que na reunião de ontem da Câmara de Graduação da Ufes, que congrega 45 coordenadores de cursos, fosse decidido um posicionamento definitivo sobre o sistema.

Entretanto, dos 37 professores que compareceram ao encontro, 21 rejeitaram a proposta apresentada – 26% para negros, 25% escola pública, 1% indígena – e a confusão armou-se.

Manifestantes que aguardavam do lado de fora do prédio da pró-reitoria de graduação, ao serem informados sobre a votação, passaram a gritar, de maneira alternada, as palavras “racistas”, “nazistas”, referindo-se aos coordenadores.

Os envolvidos no protesto ficaram exaltados e começaram um empurra-empurra, que foi contido só por poucos minutos pelos seguranças patrimoniais.

Alguns manifestantes também tentaram conter os ânimos dos mais alterados. Em vão. A porta da pró-reitoria foi arrombada, vidros quebrados e algumas pessoas, por pouco, não foram pisoteadas.

O grupo invadiu o hall do prédio, gritando bastante, dirigindo-se de modo ofensivo ao pró-reitor Santinho Ferreira de Souza que, naquele momento, concedia uma entrevista coletiva no local.

Professores e funcionários ficaram acuados na parte interna da pró-reitoria, acompanhando assustados o movimento. Houve ameaça de invasão mas, desta vez, os seguranças conseguiram impedir. Com as mãos, os manifestantes ainda fizeram gestos indicando que os coordenadores seriam ladrões.



KADIDJA FERNANDES/AT

Segurança tenta impedir invasão promovida por estudantes revoltados com rejeição de proposta

Estudante tem mandíbula quebrada

O universitário Juliano Luciano Marinho, 25, teve a mandíbula quebrada, com chutes e pontapés, dentro da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), durante a manifestação pela criação do sistema de cotas. Ele posicionou-se contrário à proposta mas, segundo testemunhas, de maneira ofensiva.

O estudante de Comunicação Social Danilo Bicalho contou que o trio elétrico ainda não havia chegado ao campus e os manifestantes estavam junto a um carro de som quando Juliano teria feito provocações.

“Ele começou a fazer gestos obscenos e, como afronta, fechou com força a tampa da peruinha”, disse Danilo, acrescentando que algumas pessoas tentaram conversar com Juliano mas, como ele teria dado um soco num dos integrantes do movimento negro, um grupo passou a persegui-lo.

Para um agente de segurança da Ufes, que se identificou apenas como Edmar, o universitário poderia ter

morrido se não fosse a intervenção dos vigilantes.

“Juliano provocou as pessoas com ironias e racismo. Parecia estar alterado. Depois, ele deu um chute e correu para a reitoria. Nós fechamos a porta, mas ele saiu pelos fundos, quando umas 10 pessoas começaram a agredi-lo. Se não fosse a gente separar, ele teria morrido espancado”, comentou.

Edmar disse que o universitário foi socorrido pela viatura da vigilância e levado para o Hospital São Lucas. Os primeiros socorros foram prestados pelo odontólogo buco-maxilar Carlos Timóteo, que interrompeu a hemorragia e imobilizou temporariamente o rosto do estudante.

O especialista informou que o universitário terá de passar por uma cirurgia para implantação de placa de titânio na mandíbula, para fixar o osso do maxilar inferior, que foi partido ao meio, e ficar internado por cerca de cinco dias. Por enquanto, Juliano também só poderá se alimentar com comida pastosa e líquida.

Sentado no corredor do São Lucas e sem condições de falar devido à imobilização da boca, Juliano respondeu às perguntas da reportagem de *A Tribuna*, sussurrando e sinalizando com mãos e cabeça. Ele ainda não sabe se vai recorrer à Justiça, mas vai procurar a reitoria para pedir orientação.



FERNANDO RIBEIRO/AT

Juliano: cirurgia e cinco dias internado

Até Polícia Federal é barrada

Depois da votação contrária à reserva de 52% das vagas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), os manifestantes bloquearam o acesso de carros na instituição. O protesto durou quase duas horas e até a Polícia Federal foi barrada.

Alguns quiseram avançar, como um estudante de Engenharia que se identificou apenas como Roberto. Ele saiu do carro, gritou com o rapaz do trio elétrico para que tirasse o caminhão de sua frente, disse que

iria arrancá-lo à força, mas foi vencido pelo cansaço.

Em seguida, a professora universitária Maria Edla de Oliveira passou pelo mesmo problema. Ela desceu do carro e foi a pé porque estava atrasada para uma reunião. “Eles estão impedindo o meu direito de ir e vir”, reclamou.

Mais tarde, três radiopatrulhas da Polícia Federal também tentaram entrar pela portaria principal, mas os manifestantes impediram. Os policiais tiveram acesso por outro portão.



DANIELA MARTINS/AT

Estudantes fizeram barreira

Processo foi pacífico em outros estados

A consultora da Secretaria da Educação Superior (Sesu), Deborah Silva Santos, que acompanha a discussão no País, afirmou que o Espírito Santo é o primeiro Estado em que ônibus são fretados para conduzir estudantes às manifestações e ocorre confronto entre pessoas partidárias e contrárias ao sistema.

Ela afirmou que, na maioria das universidades em que foi implantado o sistema de cotas, não aconteceram protestos contra as mudanças, apesar de haver lugares em que a comunidade universitária se posicionou contra às cotas e alunos chegaram a ingressar na Justiça.

Entre as instituições está a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que adotou o sistema de cotas no ano passado, apesar de servidores e universitários não serem favoráveis ao sistema.

Entre as exceções foi a Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde os alunos chegaram a invadir a reitoria, mas a manifestação não foi violenta.

Reitor diz que não permitirá mais tumultos

Para o reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Rubens Rasseli, a invasão e o quebra-quebra na pró-reitoria de graduação foi um ato lamentável e ele não vai aceitar que esse episódio se repita dentro da instituição.

Por essa razão, Rasseli marcou uma audiência para receber uma comissão do grupo favorável às cotas, na próxima segunda-feira, às 17 horas, durante a qual vai apresentar seu posicionamento sobre as atitudes dos manifestantes. O reitor garantiu que também vai ouvir as reivindicações, que poderão ser levadas à Câmara de Graduação.

Rasseli assegurou que a discussão sobre o sistema de cotas continua, mas ressaltou que a Ufes é um lugar de debates, não de depredação. A Polícia Federal foi chamada para fazer perícia no prédio invadido e poderá ser convocada novamente, em caso de tumulto.

AJ02201-2

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Vestibular 2007 livre de cotas

FOTOS: KADIDJA FERNANDES/AT

A Câmara de Graduação vai avaliar 12 propostas de reserva de vagas, mas sistema não valerá para este ano



De um lado, estudantes da rede particular protestam. Do outro, alunos de escolas públicas e negros

Embora não tenha aprovado a reserva de 52% das cotas no encontro da manhã de ontem, a Câmara de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) tem outras 12 propostas para analisar. Elas seriam avaliadas à tarde mas, com a confusão no campus, a reunião foi suspensa e, por isso, qualquer mudança só vai valer a partir do vestibular de 2008.

O pró-reitor de Graduação, Santinho Ferreira de Souza, explicou que, com o adiamento do encontro, não haverá tempo hábil de implementar quaisquer alterações para acesso à instituição no vestibular 2007, que será realizado no final deste ano. O colegiado de coordenadores de curso só volta a se reunir no dia 8 de maio, às 13h30, quando haverá sessão ordinária da Câmara.

Santinho contou que 12 propostas foram apresentadas durante a reunião de ontem, sendo que duas delas o pró-reitor considerou que têm o mesmo fundamento da que foi rejeitada pela maioria dos membros: cotas de 26% para negros, 25% para estudantes da rede pública e 1% para indígenas.

As demais também estabelecem mudanças para democratizar o acesso à universidade pública, algumas baseadas em questões étnicas, outras em aspectos sociais. Santinho não detalhou cada uma pois, segundo ele, ainda serão "refinadas" pelos autores.

O pró-reitor informou, ainda, que outras propostas podem ser apresentadas para análise da Câmara de Graduação, garantindo que a Ufes não vai recuar na discussão de estabelecer políticas afirmativas para o ingresso na instituição.

"Acho que hoje a Ufes vem imprimindo uma relação de reflexão que vai continuar. É importante frisar que o assunto vem sendo discutido há bastante tempo, e os dados apontam que há essa necessidade de reorganizar o modelo de acesso. Mas a Câmara entende que pode evoluir mais nessa análise de como fazer as mudanças", observou Santinho.

Para o professor de Direito da Ufes e integrante da comissão pró-cotas, José Arimathea, a proposta que foi rejeitada já contemplaria os principais problemas de acesso à universidade pública: falta de oportunidade para negros e aos que são de baixa renda.

"Uma proposta muito mais eficaz e de caráter transitório, para democratizar o acesso e garantir a formação de negros e pobres", justificou.

A FAVOR



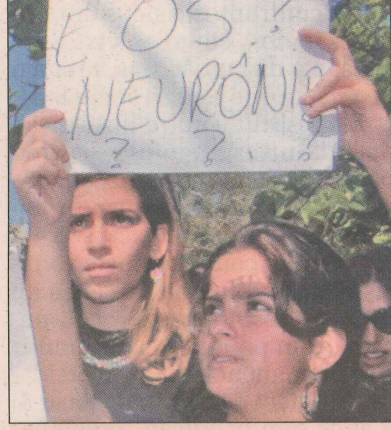
"Sou a favor, por eu estudar em escola pública. Só fiz o 1º ano em escola particular, porque consegui bolsa. Cheguei aqui às 7h30. Passei antes na escola, mas não entrei porque ouvi falar que a diretora não deixaria sair."

Karina Araújo, 18, estudante do 3º ano do ensino médio da escola Arnulpho Mattos e do Universidade Para Todos

"Sou a favor, porque os estudantes de escola particular têm mais oportunidades do que a gente que estuda em escola pública. Acho que deve ter cota para ajudar essas pessoas, como é o meu caso."

Aline Fraga, 15, estudante do 1º ano do ensino médio da escola Arnulpho Mattos

CONTRA



"Sou contra, mas concordo em estabelecer cotas para escola pública, desde que a porcentagem seja menor. Quanto às cotas para negros e índios, eu acho um absurdo. É muito preconceito e racismo, pois eles têm a mesma capacidade de quem é da cor branca.

Se isso acontecer, eles não vão entrar pela inteligência, e sim pelo sistema de cotas."

Samantha Dutra, estudante do 3º ano e pré-vestibular no Nacional

Projeto de lei será votado no dia 11

A expectativa do Ministério da Educação é que o projeto de lei 73/99, que pretende reservar metade das vagas em instituições públicas do Brasil para alunos da rede pública, afrodescendentes e indígenas, seja votada pelo Congresso dentro de dois meses.

Segundo a consultora da Secretaria de Educação Superior (Sesu), Deborah Silva Santos, a expectativa é que ele seja colocado em pauta na Câmara dos Deputados logo após o próximo dia 11, quando deve acontecer uma audiência pública a respeito da questão.

Depois de ser apreciada pelo plenário da casa, ela deve ser encaminhada ao senado e, se for aprovada, será enviada para o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que provavelmente vai sancioná-la.

AS PROPOSTAS QUE SERÃO AVALIADAS

- Doze coordenadores de cursos de graduação apresentaram propostas durante a reunião da Câmara de Graduação, na manhã de ontem.
- Duas propostas têm a mesma finalidade da que já foi rejeitada: reserva de 52% de vagas, distribuídas em 26% para negros, 25% para alunos da rede pública e 1% para indígenas.
- Outras seis também estão dentro do modelo pró-cotas, mas com uma distribuição diferenciada, observando questões étnicas e sociais.
- As demais estabelecem outras mudanças no acesso à universidade, mas sempre com uma preocupação de melhorar o modelo atual.
- Um dos aspectos que mais preocupam é a manutenção do estudante dentro da universidade. Não basta, portanto, estabelecer o número de vagas a que terá direito, mas criar condições de infraestrutura para que permaneça, como a melhoria do refeitório, dos laboratórios, da biblioteca.

Fonte: Pró-reitor de Graduação da Ufes, Santinho Ferreira de Souza.

COTAS EM OUTRAS UNIVERSIDADES

- **Universidade de Pernambuco** - Reserva 20% das vagas são reservadas para alunos de escolas públicas estaduais e municipais.
- **Universidade Estadual de Londrina e Universidade Federal do Paraná** - Destinam 40% das vagas para alunos da rede pública e para negros.
- **Universidade Federal de São Paulo** - Reserva 10% das vagas para alunos que se declararam afro-descendentes e indígenas.
- **Universidade Federal do Pará** - Reserva 50% das vagas para estudantes que cursaram os três anos do ensino médio em escolas públicas. Deste percentual, 20% são para os autodeclarados negros.
- **Universidade Federal de Juiz de Fora** - Reserva 50% das vagas para alunos que estudaram, pelo menos, sete anos na rede pública. Do total das vagas reservadas, 25% devem ser preenchidas por negros.
- **Universidade Estadual de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros** - Reservam 20% das vagas para alunos carentes, que fizeram ensino médio na rede pública; 20% para quem se autodeclara negro e é carente; e 5% para deficientes e índios.
- **Universidade Estadual de Mato Grosso** - Reserva 25% das vagas a candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que cursaram o ensino fundamental e médio, exclusivamente, em escolas públicas ou em particulares, com bolsa de estudo.
- **Universidade de Brasília** - 20% das vagas para afro-descendentes.
- **Universidade Federal de Alagoas** - Reserva 20% de suas 2.652 vagas para quem se autodeclara negro e é carente. Só que existe uma subcota para mu-
- **Universidade Federal de Tocantins** - Reserva 5% de suas vagas para índios.
- **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul** - Reserva 50% das vagas para alunos carentes e 10% para alunos com deficiência.
- **Universidade Estadual de Goiás** - Reserva 10% das vagas para negros; 10%, para alunos de escola pública; e 3%, para índios e pessoas com necessidades especiais.
- **Universidade Federal da Bahia** - Reserva 45% das vagas a estudantes originários de escolas públicas. Do total, 85% devem ser pretos ou pardos e 2%, índios.

Fonte: Ministério da Educação (MEC).

Estudantes vão à Justiça para garantir vagas

Algumas das universidades que adotaram o sistema de cotas no País tiveram problemas com a Justiça. Isso porque alunos que tiraram notas boas o suficiente para ser aprovados nos processos seletivos ficaram sem as vagas, ocupadas por alunos cotistas com desempenho inferior ao deles.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, no primeiro ano, 133 pessoas entraram na Justiça, sendo que parte delas conseguiu liminares e matriculou-se.

A maioria dessas liminares foi cassada. Este ano, no entanto, o problema diminuiu e foram apenas 17 processos.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR) não foi diferente. No ano passado, primeiro ano em que o sistema começou a vigorar, foram 80 processos. Este ano, a assessoria não soube precisar quantos, mas informou que o número de pessoas que recorreram à Justiça também caiu. Os mesmos problemas foram constatados na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.